



Análise dos níveis de divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das empresas do ISE da B3

Maitê Azevedo Franco Tavares

(UFF-VR / maiteazevedo@id.uff.br)

Mariana Pereira Bonfim

(UFF / marianabonfim@id.uff.br)

Mariana Azevedo Alves

(UFF-VR / mazevedo@id.uff.br)

Wilson Aparecido Rodrigues Santos

(UFRJ / wilisonrodrigues12@gmail.com)

RESUMO:

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) lançados pela Organização das Nações Unidas são compostos por 17 objetivos e 169 metas específicas, promovendo prosperidade, proteção do planeta e bem-estar para todos. Desde 2017, a B3 anunciou sua adesão aos ODS, reconhecendo a importância de alinhar suas atividades e estratégias com os princípios da sustentabilidade global, adotando o modelo “Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa consistiu em evidenciar o nível de divulgação dos 17 ODS, das empresas brasileiras presentes no ISE da B3. Para isso, foram analisadas 72 empresas de 15 setores diferentes. Os resultados permitiram concluir que, embora o ISE reúna empresas com reconhecido compromisso sustentável, o nível médio de divulgação de 47% reflete um cenário ainda insatisfatório e fragmentado de transparência corporativa. A análise setorial aponta que os segmentos de Papel e Celulose, Telecomunicações e Energia lideram o engajamento com a Agenda 2030. O destaque do ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) corrobora a premissa de que as empresas priorizam o reporte de temas com maior apelo regulatório e pressão de investidores institucionais, especialmente diante dos riscos climáticos.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade, Divulgação, ODS, ISE, *Disclosure*.



1. Introdução

O debate sobre o desenvolvimento sustentável tem ganhado cada vez mais relevância, à medida que desafios socioambientais no Brasil e no mundo tem exigido respostas urgentes e eficazes (Carvalho; Barcellos, 2014). Um marco importante nesse sentido foram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, visando abordar questões críticas como pobreza, fome, saúde e educação, até 2015 (Garcia; Garcia, 2016).

Apesar dos avanços alcançados pelas ODMs, muitos desafios persistiram e novas questões surgiram. Em resposta, a ONU lançou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como seu novo núcleo. Esses objetivos representam uma abordagem abrangente e integrada, composto por 17 objetivos e 169 metas específicas, promovendo prosperidade, proteção do planeta e bem-estar para todos (ONU, 2015).

Dentre os 17 ODS, destacam-se metas como erradicação da pobreza, fome zero, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, energia limpa, trabalho decente e crescimento econômico, entre outros (ONU, 2015). Empresas, portanto, desempenham papel fundamental na consecução desses objetivos, dada sua capacidade de gerar impactos significativos na sociedade e no meio ambiente (Silva *et al.*, 2021). Esse fato, evidencia a necessidade de avaliar quais medidas as empresas estão incorporando em suas práticas e divulgando em suas estratégias corporativas, como metas para o alcance do desenvolvimento sustentável.

No contexto brasileiro, a principal Bolsa de Valores brasileira, a Brasil, Bolsa, Balcão (B3), assume papel central no mercado financeiro nacional, fornecendo infraestrutura para a negociação de ativos financeiros (B3, s.d.a). Além de sua relevância econômica, a B3 exerce influência significativa no cenário socioambiental por meio de suas práticas corporativas e seu papel como catalisadora de investimentos sustentáveis (B3, s.d.a).

Em 2017, a B3 anunciou sua adesão aos ODS da ONU, reconhecendo a importância de alinhar suas atividades e estratégias com os princípios da sustentabilidade global (Silva *et al.*, 2021). Uma das iniciativas da B3 em relação aos ODS foi a implementação de um modelo que oferecia descontos nas taxas de listagem para empresas que demonstrassem comprometimento com os ODS por meio da divulgação de informações relacionadas a suas políticas, programas e desempenho em áreas como governança corporativa, responsabilidade socioambiental e transparência.

Além disso, desde 2011, a B3 criou o projeto “Relate ou Explique”: em parceria com o *International Integrated Report Council* (IIRC) e a *Global Reporting Initiative* (GRI), no qual as empresas de capital aberto foram incentivadas a publicar informações anuais acerca das ações socioambientais realizadas (Sato; Ferreira, 2021). A partir de 2017, a B3 adotou o “Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”: o objetivo agora é verificar se as companhias estão adotando os ODS em seus relatórios de sustentabilidade



(Silva *et al.*, 2021). Em 2019, cerca de 30% das empresas listadas (426) realizaram a sua divulgação de maneira voluntária (B3, 2019).

Dentro da B3, destaca-se o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), uma ferramenta que busca avaliar e reconhecer as empresas consideradas as mais comprometidas com práticas de sustentabilidade dentre as demais (B3, s.d.b). Este índice reúne um grupo de companhias que se destacam em aspectos ambientais, sociais e de governança, servindo como referência para investidores interessados em organizações que adotam práticas sustentáveis. As empresas integrantes do ISE são incentivadas a divulgar relatórios de sustentabilidade que mostrem seu alinhamento aos ODS da ONU, como uma maneira de evidenciar seu compromisso com a transparência e a responsabilidade socioambiental das pessoas interessadas e as demais empresas.

Nas organizações, a contabilidade desempenha papel relevante na mensuração e comunicação de seu desempenho através dos números. Com a crescente demanda por essa transparência e responsabilidade social, os relatórios corporativos evoluíram para incorporar aspectos socioambientais, refletindo preocupações com a sustentabilidade e mostrando que a contabilidade é uma importante ferramenta a ser inserida nesse cenário (Brondani; Rossato; Trindade, 2004).

Diante desse contexto, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual o nível de disclosure dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das empresas brasileiras pertencentes ao ISE da B3?** Assim, o objetivo da pesquisa consiste em evidenciar o nível de divulgação dos 17 ODS, das empresas brasileiras presentes no ISE da B3.

Essa pesquisa se justifica em função da relevância de se compreender a sustentabilidade empresarial, especialmente após a promulgação da Resolução CVM nº 193/2023, que orienta a utilização das novas normas internacionais de sustentabilidade no Brasil, as IFRS S1 e S2, obrigatórias a partir de 2026, sendo o país pioneiro em sua adoção. Dessa forma, este estudo torna-se tempestivo ao analisar o comportamento das empresas em um momento em que a divulgação deixa de ser estritamente voluntária para se tornar um requisito regulatório essencial.

A relevância deste trabalho também se manifesta na observação das particularidades sociais do país, como o recente movimento para a inclusão do 18º ODS de Igualdade Racial pelo Ministério da Igualdade Racial (2024), em março de 2024. Ao diagnosticar o nível de adesão aos objetivos globais, a pesquisa fornece subsídios para compreender a maturidade das empresas em absorver demandas sociais específicas do território nacional.

No que tange às contribuições, o estudo oferece benefícios de ordem prática e teórica. Sob a ótica prática, auxilia investidores e reguladores na identificação de lacunas de reporte setoriais, permitindo o aprimoramento de estratégias de *accountability* e alocação de capital sustentável. Do ponto de vista teórico, a pesquisa enriquece a Teoria da Divulgação ao explorar como os gestores exercem sua discricionariedade em um ambiente de pressão por legitimidade social.



2. Fundamentação Teórica

O evento promovido pela Cúpula do Milênio das Nações Unidas, realizada em setembro de 2000, em Nova York, foi o responsável pela criação dos ODM. Nesta cúpula, líderes de 189 países adotaram a Declaração do Milênio das Nações Unidas, que determinou a expectativa para um mundo mais justo e próspero no século XXI (Barroso, 2004). Essa declaração destacou a importância de erradicar a pobreza extrema e suas principais causas, promover a igualdade de gênero, melhorar a saúde materna e infantil, combater doenças como o HIV/AIDS e garantir a sustentabilidade ambiental (Barroso, 2004).

Pensando nos emergentes desafios globais e na necessidade de um compromisso conjunto de todos os países para promover o desenvolvimento humano sustentável e para preservar o meio ambiente, os ODMs foram formulados como um conjunto de objetivos claros e possíveis de serem mensurados e planejados para serem alcançados até 2015. Essas metas serviram como um norte para orientar políticas, mobilizar recursos e promover parcerias globais em prol do desenvolvimento humano, refletindo um compromisso dos países em alcançar esses objetivos até o prazo estabelecido, em 2015 (Nações Unidas Brasil, 2023).

Com a chegada de setembro de 2015 e o fim próximo de alcance dos ODM, surgiram os ODS durante a cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, onde os líderes mundiais adotaram a chamada Agenda 2030 (ONU, 2015). De acordo com as Nações Unidas no Brasil (s.d.), os ODS “são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade”. Nessa agenda, estão previstos os 17 ODS, a serem alcançados até 2030, conforme demonstrado na Figura 1.



Figura 1. 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Nações Unidas Brasil (s.d.).

Assim, os ODS foram estabelecidos com o propósito de ampliar os ODM, embora ambos tenham objetivos similares, trazendo avanços em questões ambientais, como garantir acesso à água potável e saneamento, estimular a inovação e infraestruturas sustentáveis, foco renovado na ação climática e na conservação dos ecossistemas (Zorzo *et al.*, 2022). Além disso, os ODS trazem avanços em questões sociais, como na promoção de sociedades inclusivas, com foco na diminuição da vulnerabilidade social e com a inclusão de pisos salariais e auxílios para o desenvolvimento pessoal dos indivíduos (Zorzo *et al.*, 2022).

Com relação aos aspectos econômicos, a implementação dos ODS pode gerar impactos positivos, como o incentivo a criação de novos mercados e oportunidades de investimento nas áreas sustentáveis: segundo a *Business and Sustainable Development Commission* (2017), implementar os ODS pode gerar até US\$ 12 trilhões em oportunidades de mercado até 2030. Além disso, conforme mostrado por estudos da McKinsey & Company (2019), empresas que incorporam os ODS em suas estratégias podem atrair investimentos grandiosos e perspicazes.

Apesar dos benefícios, muitas empresas ainda não divulgam os ODS em virtude de não haver obrigatoriedade: a B3 adota apenas o modelo “Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”. Contudo, após a promulgação da Resolução CVM nº 193, obrigando as empresas, a partir de 2026, a emitirem informações financeiras de sustentabilidade, se torna importante verificar como as companhias brasileiras realizam suas divulgações sobre esses aspectos.



A Teoria da Divulgação busca elucidar os mecanismos pelos quais as informações financeiras são reportadas ao mercado, abrangendo tanto as demonstrações obrigatórias quanto as motivações econômicas que levam as entidades a optarem pela divulgação voluntária (Verrecchia, 2001). Sob uma perspectiva estratégica, essa teoria analisa como a comunicação de dados aos investidores e ao mercado financeiro atua na redução da assimetria informacional (Akerlof, 1970).

Nesse sentido, o *disclosure* desempenha um papel relevante na construção da percepção de risco por parte dos investidores, impactando diretamente na alocação de recursos e na correta precificação dos ativos (Akerlof, 1970). Além disso, a transparência informacional funciona como um mecanismo de governança capaz de mitigar conflitos de agência, uma vez que restringe a utilização de informações privilegiadas pelos gestores e alinha os interesses entre o agente e o principal (Akerlof, 1970).

Verrecchia (2001) categorizou as pesquisas sobre divulgação contábil em três principais vertentes: divulgação baseada em associação, eficiência e julgamento. A divulgação baseada em associação estuda como as informações contábeis afetam os preços dos ativos e a quantidade negociada, influenciando diretamente a riqueza dos investidores (Ball; Brown, 1968). Já a divulgação baseada em eficiência busca reduzir o custo de capital ao tornar informações mais acessíveis e precisas, eliminando alguns problemas de seleção adversa no mercado (Akerlof, 1970).

A divulgação voluntária, parte principal da categoria de divulgação baseada em julgamento, explora por que e como as empresas decidem voluntariamente divulgar informações fora dos requisitos mínimos exigidos por regulamentações e normas contábeis, permitindo aos gestores exercer a discricão que gostariam ao comunicar informações não obrigatórias. Conforme Dye (2001) destaca, essa prática pode influenciar significativamente a percepção do mercado sobre a empresa, permitindo que os gestores destaquem sucessos estratégicos sem necessariamente revelar todos os detalhes financeiros sensíveis de uma só vez. Isso cria uma mudança de impressão, onde a empresa consegue se encaixar no cenário ideal para si mesma, sendo possível ter o controle da sua narrativa em mãos, fazendo com que a visão da empresa no mercado seja moldada.

Ball (2001) discute o papel das informações contábeis na diminuição de assimetrias de informação entre gerentes e investidores. Ele destaca que “as empresas que revelam mais informações do que o exigido por lei podem reduzir o custo do capital próprio devido à redução da incerteza percebida pelos investidores sobre o valor da empresa” (Ball, 2001).

Além disso, a divulgação voluntária também engloba aspectos comportamentais e referentes a reputação das empresas. Por exemplo, Deegan e Gordon (1996) argumentam que a divulgação voluntária é uma estratégia adotada pelas empresas para gerenciar sua legitimidade social e manter ou melhorar sua reputação no mercado. Assim, a divulgação voluntária permite que empresas controlem o que é emitido, podendo ser utilizado como estratégia de divulgação, até mesmo para se manter competitiva no mercado (Salotti; Yamamoto, 2005).

Importante mencionar que os ODS ainda não possuem obrigatoriedade de serem divulgados pelas empresas brasileiras, tampouco seu progresso e esforços no atingimento das



metas. Isso significa que, as companhias que escolhem divulgar, estão fazendo de forma voluntária.

3. Procedimentos Metodológicos

Para o alcance do objetivo proposto, foi verificada a existência de 76 empresas pertencentes ao ISE. Os relatórios analisados foram aqueles entregues em 2024, com referência ao ano anterior.

Para a obtenção dos Relatos Integrados, foi realizada uma coleta manual dos relatórios no site das companhias, onde verificou-se que 4 não estavam disponíveis. Restou assim, para a amostra final, 72 empresas que foram analisadas. A fim de garantir a comparabilidade setorial, as empresas da amostra foram segregadas em 15 diferentes setores de atuação, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1. Amostra da pesquisa

nº	Setor	Amostra	%
1	Energia	10	14%
2	Financeiro	8	11%
3	Transporte e logística	8	11%
4	Varejo	8	11%
5	Alimentos e bebidas	7	10%
6	Indústria	6	8%
7	Saúde	5	7%
8	Construção e incorporação	4	5%
9	Papel e celulose	3	4%
10	Petróleo, gás e biocombustíveis	3	4%
11	Educação	2	3%
12	Saneamento	2	3%
13	Seguros	2	3%
14	Telecomunicações	2	3%
15	Outros	2	3%
Total		72	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Posteriormente, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo por meio de palavras-chave. Utilizou-se o mecanismo de busca nos documentos para identificar a presença dos seguintes indicadores: “ODS”; “Objetivo de Desenvolvimento Sustentável”; “Objetivo”; “Sustentável”; “Desenvolvimento”. Posteriormente, foi estimado o Índice de Divulgação (ID) que, segundo Lemos, Rodrigues e Ariza (2009), é obtido por meio da equação (1).

$$ID_i = \sum_{j=1}^n \frac{e_j}{e}$$

Realização:



Em que:

ID - Índice de Divulgação.

ej - Variável dicotômica, assumindo valor 0, se o indicador j for ausente e assumindo o valor 1, se o indicador j for divulgado.

e - Número máximo de elementos analisados.

A partir dos resultados obtidos com a equação (1), foi possível classificar as companhias de acordo com o seu nível de divulgação, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. Classificação dos níveis de divulgação considerada no resultado do ID

Níveis	ID	Classificação
1	0,75 a 1,0	Bom
2	0,50 a 0,74	Satisfatório
3	0,25 a 0,49	Insatisfatório
4	0,00 a 0,24	Ruim

Fonte: Nascimento *et al.* (2015).

A classificação do ID foi efetuada tendo como base o estudo de Nascimento *et al.* (2015). Dessa forma, a amostra pode ser segregada em quartis, definindo os extremos como de melhor e pior nível. Assim, o primeiro quartil foi considerado como nível bom de divulgação e o quarto quartil, como nível ruim de divulgação.

Os dados foram apresentados por meio de tabelas e mapas de calor elaborados no Excel. Adicionalmente foi calculada a estatística descritiva dos dados, com o intuito de descrever suas principais características, através do software SPSS®

4. Apresentação e Análise dos Resultados

A Tabela 3 mostra a estatística descritiva dos ODS divulgados, segregados por setor.

Tabela 3. Divulgação dos ODS

Setor	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio padrão
Papel e Celulose	13	13	9	17	5,66
Telecomunicações	11	11	11	11	-
Energia	11	12	6	13	2,41
Seguros	9	9	6	11	3,54
Petróleo, gás e biocombustíveis	8	8	4	13	4,51
Indústria	8	7	5	14	3,87
Alimentos e bebidas	8	8	0	14	4,92
Educação	8	8	6	9	2,12
Outros	8	8	5	10	3,54
Varejo	8	6	3	15	4,21



Transporte e logística	7	7	-	14	4,91
Saúde	7	7	4	10	2,24
Financeiro	7	6	0	13	3,93
Saneamento	7	7	6	7	0,71
Construção e incorporação	6	6	3	8	2,38

Fonte: Dados da pesquisa

A partir da estatística descritiva, percebe-se uma variabilidade na divulgação dos ODS entre os setores. A partir disso, aponta-se que há diferentes níveis de engajamento com a agenda ESG nas empresas do ISE. Essa disparidade sugere que, embora o índice reúna empresas teoricamente comprometidas com a agenda ESG, o estágio de maturidade e a profundidade do reporte variam conforme as pressões específicas de cada segmento de mercado.

Os setores Papel e Celulose, Telecomunicações e Energia destacam-se com as maiores médias de divulgação (13, 11 e 11, respectivamente). Papel e Celulose apresenta não apenas a maior média, mas também um intervalo de divulgação amplo (mínimo = 9, máximo = 17), acompanhado de um desvio-padrão elevado (5,66).

Isso sugere engajamento médio, mas com grande variabilidade entre as empresas do setor – algumas divulgam quase todos os ODS, enquanto outras divulgam de forma mais restrita. Por outro lado, o setor de Telecomunicações, é o único setor com mediana, média, mínima e máxima iguais (11), indicando homogeneidade na divulgação — todas as empresas adotam um padrão similar, refletindo maturidade e institucionalização das práticas de reporte.

O destaque de Papel e Celulose possivelmente reflete a dependência desse setor de recursos naturais e a consequente necessidade de legitimação social perante investidores. Já o setor de Telecomunicações apresentou uma homogeneidade que indica que as empresas desse segmento já atingiram um padrão institucionalizado de relato, possivelmente devido à natureza de sua infraestrutura e ampla exposição ao consumidor final.

Quanto ao setor de Energia, um dos setores com mais atração de capital privado e com regulação excessiva, que é importante para proporcionar transparência e *accountability* (Rodrigues *et al.*, 2020), há uma média de divulgação igualmente elevada, mas com maior dispersão (mínimo = 6; máximo = 13; desvio-padrão = 3,41), sugerindo diferenças no estágio de maturidade entre as empresas.

Considerando que o setor é um dos mais diretamente afetados por pressões relacionadas à transição energética, aos riscos climáticos e às metas de descarbonização, o resultado reforça que parte significativa das empresas já incorporou os ODS como elemento estratégico, priorizando especialmente os ODS 7 (Energia limpa e acessível) e 13 (Ação contra a mudança do clima). Entretanto, a variabilidade interna aponta para oportunidades de harmonização e difusão das melhores práticas entre empresas menos avançadas.

Com relação aos setores como Indústria, Alimentos e Bebidas, Educação, Outros e Varejo apresentam médias intermediárias. O setor de Alimentos e Bebidas chama atenção por seu alto desvio-padrão (4,92) e por incluir empresas que divulgam nenhum ODS até



praticamente todos (máximo = 14), sugerindo um nível desigual de maturidade em sustentabilidade, possivelmente relacionado ao porte ou à exposição pública das empresas.

Por sua vez, setores como Saneamento, Saúde, Financeiro e Transporte e Logística apresentam as menores médias de divulgação. O setor de Saneamento apresenta a menor variabilidade (desvio-padrão = 0,71), indicando comportamento uniforme entre as empresas, ainda que em patamar modesto.

O setor Financeiro, por outro lado, apresenta desvio-padrão relativamente elevado (3,93) para uma média baixa, o que revela a coexistência de instituições financeiras altamente engajadas e outras que pouco divulgam, algo relevante dado o papel estratégico do setor na alocação de capital e no financiamento da transição ESG. Em contrapartida, empresas financeiras de economia mista, apresentam um bom resultado de divulgação.

Também foi analisado o nível de divulgação dos ODS pelas empresas, conforme exposto na Tabela 4.

Tabela 4. Nível de divulgação dos ODS

ODS	ID	Nível
1 - Erradicação da pobreza	17%	Ruim
2 - Fome zero e agricultura sustentável	13%	Ruim
3 - Saúde e bem-estar	46%	Insatisfatório
4 - Educação de qualidade	47%	Insatisfatório
5 - Igualdade de gênero	63%	Satisfatório
6 - Água potável e saneamento	42%	Insatisfatório
7 - Energia limpa e acessível	57%	Satisfatório
8 - Trabalho decente e crescimento econômico	75%	Bom
9 - Indústria, inovação e infraestrutura	60%	Satisfatório
10 - Redução das desigualdades	61%	Satisfatório
11 - Cidades e comunidades sustentáveis	38%	Insatisfatório
12 - Consumo e produção responsáveis	74%	Satisfatório
13 - Ação contra a mudança global do clima	78%	Bom
14 - Vida na água	10%	Ruim
15 - Vida terrestre	36%	Insatisfatório
16 - Paz, justiça e instituições eficazes	50%	Satisfatório
17 - Parcerias e meios de implementação	39%	Insatisfatório
Média	47%	

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que, em média, 47% dos ODS são reportados, o que corresponde a um nível insatisfatório de divulgação. Este resultado sinaliza que, embora a agenda ESG esteja presente nos relatórios corporativos, ainda há um longo caminho quanto aos compromissos firmados na Agenda 2030.

Dentre os ODS com os melhores níveis de divulgação, está o ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima, apontando que as empresas respondem às pressões de *stakeholders* quanto a riscos climáticos e padrões de produção sustentável, temas que têm recebido crescente atenção regulatória e de investidores institucionais. O ODS 8 - Trabalho decente e

crescimento econômico, também apresentou altos níveis de divulgação, refletindo a centralidade das questões trabalhistas e de criação de valor econômico na narrativa corporativa. Resultando semelhante também foi verificado na esfera pública no trabalho de Alves *et al.* (2024), evidenciando também altos índices de divulgação do ODS 8.

ODS como o 3 - Saúde e bem-estar, o 4 - Educação de qualidade e o 17 - Parcerias e meios de implementação, apresentam nível insatisfatório, embora com tendência de crescimento. Já ODS relacionados à governança e infraestrutura, como o 9 - Indústria, inovação e infraestrutura e o 16 - Paz, justiça e instituições eficazes, alcançam nível satisfatório, refletindo o alinhamento com o discurso de governança e transparência exigido pelas melhores práticas do mercado de capitais.

Contudo, ODS fundamentais como o 1 - Erradicação da pobreza, o 2 - Fome zero e agricultura sustentável e o 14 - Vida na água, apresentam os níveis mais baixos de divulgação, sendo classificados como ruins. Essa lacuna sugere que as companhias brasileiras ainda priorizam temas que possuem maior apelo financeiro imediato ou métricas de fácil mensuração, negligenciando impactos sociais indiretos, porém fundamentais para o desenvolvimento sustentável do país. De forma semelhante, o ODS 15 - Vida terrestre, apresenta patamar de divulgação insatisfatório, indicando baixa integração das questões de biodiversidade.

Por fim, a Figura 2 apresenta o mapa de calor acerca do nível de divulgação por ODS.

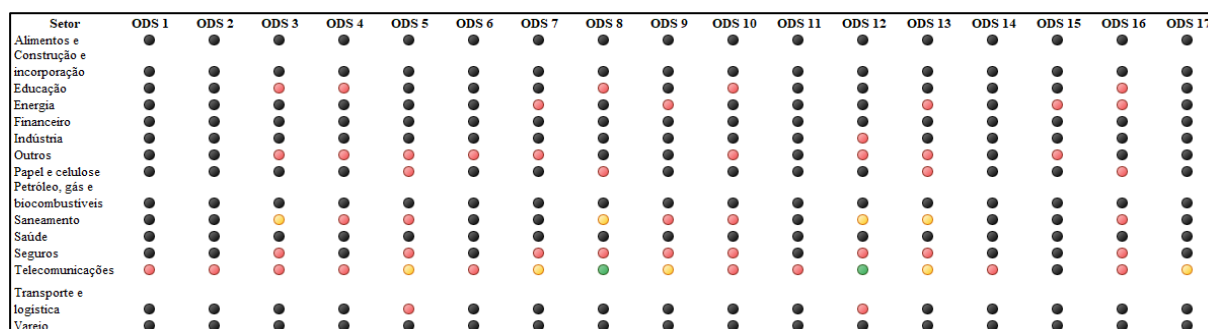


Figura 2. Mapa de calor do nível de divulgação dos ODS por setor.

Legenda: preto = nível ruim; vermelho = nível insatisfatório; amarelo = nível satisfatório; verde = nível bom.

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se, portanto, que setores como Energia, Telecomunicações e Papel e Celulose apresentam maior presença de pontos amarelos e verdes, indicando níveis satisfatórios e bons de divulgação para diversos ODS. O setor de Energia, por exemplo, exibe divulgação satisfatória para ODS 7 e ODS 13, alinhando-se às expectativas de *stakeholders* e ao impacto direto dessas empresas na transição energética, confirmando o apresentado em análise anterior.

O ODS 13 - Ação contra a mudança do clima é um dos poucos que apresenta predominância de níveis verdes, sinalizando que o tema climático tem prioridade na



comunicação corporativa e está bem consolidado na estratégia de sustentabilidade das empresas analisadas

Já os setores como Indústria, Alimentos e Bebidas e Petróleo, Gás e Biocombustíveis apresentam um mix de níveis de divulgação, com pontos pretos, vermelhos e amarelos distribuídos ao longo dos ODS. Isso sugere falta de padronização interna, o que pode estar relacionado às diferenças de porte e maturidade da agenda ESG entre as empresas do mesmo setor. A presença simultânea de níveis ruins e satisfatórios indica que o setor como um todo possui potencial de evolução, mas depende da disseminação de boas práticas.

Por outro lado, setores como Saúde, Saneamento e Transporte e Logística concentram pontos pretos e vermelhos, indicando baixo nível de reporte em praticamente todos os ODS. Essa baixa cobertura é particularmente relevante do ponto de vista da Agenda 2030, pois são setores com impacto direto em questões como bem-estar, acesso à água e redução de desigualdades. A ausência de divulgação robusta compromete a capacidade de monitorar e avaliar a contribuição dessas empresas para os objetivos globais de desenvolvimento sustentável.

5. Considerações Finais

O objetivo da pesquisa consistiu em evidenciar o nível de divulgação dos 17 ODS, das empresas brasileiras presentes no ISE da B3. Para isso, foram analisadas 72 empresas de 15 setores diferentes. Os resultados permitiram concluir que, embora o ISE reúna empresas com reconhecido compromisso sustentável, o nível médio de divulgação de 47% reflete um cenário ainda insatisfatório e fragmentado de transparência corporativa.

A análise setorial aponta que os segmentos de Papel e Celulose, Telecomunicações e Energia lideram o engajamento com a Agenda 2030. O destaque do ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) corrobora a premissa de que as empresas priorizam o reporte de temas com maior apelo regulatório e pressão de investidores institucionais, especialmente diante dos riscos climáticos.

Através do mapa de calor, verificou-se que setores como Energia e Papel e Celulose apresentam maior concentração de níveis "Satisfeito" e "Bom". O setor de Energia, especificamente, demonstrou alinhamento estratégico ao evidenciar os ODS 7 e 13, refletindo sua responsabilidade direta na transição energética e no atendimento às expectativas de seus *stakeholders*. Apesar dos avanços observados, a predominância de níveis insatisfatórios em metas sociais indica que o *disclosure* voluntário ainda é utilizado de forma seletiva, em consonância com a Teoria da Divulgação, ao sugerir que as entidades priorizam informações que melhor legitimam sua imagem perante o mercado.

Essa pesquisa possui algumas limitações que devem ser consideradas. A técnica de análise de conteúdo por meio de buscadores pode não capturar menções implícitas aos ODS que não utilizem as palavras-chave padronizadas. Além disso, as análises realizadas não são generalizáveis e dizem respeito apenas ao conjunto de dados coletados e analisados. Por fim,



o caráter descritivo do estudo não permitiu um aprofundamento qualitativo sobre o impacto real das ações divulgadas.

Como contribuição, este estudo fornece um diagnóstico para o atual momento de transição normativa no Brasil, servindo de base para o acompanhamento da obrigatoriedade do reporte de sustentabilidade (Resolução CVM 193/2023) que se consolida em 2026. Assim, sugere-se, para pesquisas futuras, novos trabalhos que explorem o total de empresas pertencente à B3, e não somente as do ISE. Dessa forma, será possível obter um panorama geral da divulgação dos ODS por parte das empresas brasileiras. Adicionalmente, recomenda-se investigar a aderência ao recém-criado ODS 18 (Igualdade Racial), avaliando como essa demanda social específica está sendo integrada aos relatórios corporativos.

Referências

ALVES, M. A.; SANTOS, W. A. R.; BONFIM, M. P.; REIMOL, D. dos S. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Relato Integrado no Setor Público: evidencição das instituições de maior materialidade no Balanço Geral da União. *In: 21º Congresso Brasileiro de Contabilidade*, Balneário Camboriú, Santa Catarina, 2024.

AKERLOF, G. A. The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.

B3 - BRASIL, BOLSA, BALCÃO. *Institucional*. s.d. (a). Disponível em: https://b3.com.br/pt_br/institucional. Acesso em: 28 abr. 2025.

B3 - BRASIL, BOLSA, BALCÃO. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3). s.d. (b). Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-b3.htm. Acesso em: 11 nov. 2025.

B3 - BRASIL, BOLSA, BALCÃO. *B3 divulga resultados do "Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)"*. 2019. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/relate-ou-explique-8AA8D0CC6D63929E016D6F1947DD7396.htm#:~:text=O%20objetivo%20do%20Relate%20o%20total%20das%20listadas%20na%20B3. Acesso em: 03 dez. 2025.

BALL, R. Infrastructure requirements for an economically efficient system of public financial reporting and disclosure. *Brookings-Wharton papers on financial services*, v. 2001, n. 1, p. 127-169, 2001.



BALL, R.; BROWN, P. An Empirical Evaluation of Accounting. *Journal of Accounting Research*, v. 6, n. 2, p. 159-178, 1968.

BARROSO, C. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, p. 573-582, 2004.

BRONDANI, G.; ROSSATO, M. V.; TRINDADE, L. L. Contabilidade como fator de responsabilidade com o social e o ambiental. *Revista Eletrônica de Contabilidade*, v. 1, n. 1, p. 18-18, 2004.

BUSINESS AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT COMMISSION. *Better Business Better World: The report of the Business & Sustainable Development Commission*. 2017. Disponível em: <https://www.un.org/pga/71/wp-content/uploads/sites/40/2017/02/Better-Business-Better-World-Executive-Summary.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.

CARVALHO, P. G. M.; BARCELLOS, F. C. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio--ODM: Uma avaliação crítica. *Sustainability in Debate/Sustentabilidade em Debate*, v. 5, n. 3, 2014.

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Resolução CVM nº 193, de 20 de outubro de 2023*. Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board - ISSB. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol193.html>. Acesso em: 03 jan. 2026.

DEEGAN, C.; GORDON, B. A study of the environmental disclosure practices of Australian corporations. *Accounting and Business Research*, v. 26, n. 3, p. 187-199, 1996.

DYE, R. A. An evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1-3, p. 181-235, 2001.

GARCIA, D. S. S.; GARCIA, H. S. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as novas perspectivas do desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, v. 7, n. 35, p. 170-192, 2016.



LEMOS, K. M.; RODRIGUES, L. L.; ARIZA, L. R. Determinantes do nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados. Evidência empírica no mercado de capitais português. *Revista de Estudos Politécnicos*, v. 7, n. 12, p. 145-175, 2009.

McKINSEY & COMPANY. *SDG Guide for Business Leaders - a practical Guide for Business Leaders to working with the SDGs as a competitive factor*. 2019. Disponível em: <https://vl.dk/wp-content/uploads/2019/06/McKinsey-SDG-Practical-Guide.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2026.

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL. *Ministério da Igualdade Racial apresenta ODS 18 ao Grupo de Trabalho e Desenvolvimento do G20*. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/ministerio-da-igualdade-racial-apresenta-ods-18-ao-grupo-de-trabalho-e-desenvolvimento-do-g20. Acesso em: 10 fev. 2026.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 10 jan. 2026.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. s. d. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 09 nov. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Declaração Política da Cúpula dos ODS*. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/246357-declara%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-da-c%C3%BApula-dos-ods>. Acesso em: 23 nov. 2025.

NASCIMENTO, M. C.; RODRIGUES, R. N.; ARAÚJO, J. G.; PRAZERES, R. V. Relato Integrado: Uma Análise do Nível de Aderência das Empresas do Novo Mercado aos Indicadores-Chave (KPIs) dos Capitais Não Financeiros. In: *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, 2015. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos152015/343.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.

RODRIGUES, D. S. F.; XAVIER, M. A.; MOURA, I. R. de C. Análise de Indicadores de Desempenho sob a Ótica do Balanced Scorecard: Um Estudo no Setor de Energia Elétrica. In: *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, 2020. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2312.pdf>. Acesso em: 13 set. 2025.



SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. Ensaio sobre a teoria da divulgação. *BBR-Brazilian Business Review*, v. 2, n. 1, p. 53-70, 2005.

SATO, S. C. C.; FERREIRA, D. M. Relate ou Explique para os Objetivos De Desenvolvimento Sustentável: Comportamento e Motivos Apresentados pelas Empresas. *Sustainable Business International Journal*, v. 1, n. 93, 2021.

SILVA, B. S.; QUEIROZ, J. N.; FRANCISCO, J. R. S.; SILVA, R. C. Ações adotadas pelas empresas da B3 alinhadas com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma análise dos relatórios de sustentabilidade. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 22, n. 2, p. 37-50, 2021.

VERRECCHIA, R. E. Essays on Disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, nº 32, p. 97-180, 2001.

ZORZO, F. B.; LAZZARI, F.; SEVERO, E. A.; GUIMARÃES, J. C. F. Desenvolvimento sustentável e Agenda 2030: uma análise dos indicadores brasileiros. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, v. 19, n. 2, p. 160-182, 2022.